

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E  
ATUÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

SÉRGIO ALVES NICOLAU

**O CONCEITO DE CRISE NO LIVRO I D'*O CAPITAL***

SÃO PAULO, SP

2022

# **SÉRGIO ALVES NICOLAU**

## **O CONCEITO DE CRISE NO LIVRO I D'*O CAPITAL***

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP) como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Alexandre Macchione Saes.

**SÃO PAULO, SP**

**2022**

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>RESUMO</b>                                 | <b>4</b>  |
| <b>ABSTRACT</b>                               | <b>5</b>  |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>                          | <b>6</b>  |
| <b>2. O MODO DE APRESENTAÇÃO DIALÉTICO</b>    | <b>9</b>  |
| <b>3. A CIRCULAÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS</b> | <b>15</b> |
| <b>4. A CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL</b>           | <b>25</b> |
| <b>5. CONCLUSÃO</b>                           | <b>33</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b>                           | <b>38</b> |

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo determinar o conceito de crise nos diferentes níveis de abstração apresentados no Livro I d'*O Capital* de Karl Marx. Para isso, seguimos as leituras de inspiração dialética de Grespan (2012) e Benoit e Antunes (2016), que entendem que a crise é expressão da contradição imanente do capital e, por isso, se desenvolve de forma paralela a ele, sendo determinada de forma progressivamente concreta desde suas possibilidades mais formais, com a circulação simples de mercadorias, até sua efetividade no processo global de produção. A partir daí, primeiramente analisamos a relação entre crise, capital e o modo de apresentação empregado por Marx na obra, para então passarmos aos dois momentos principais do Livro I: a circulação simples e a constituição do capital. Com isso, observamos que as possibilidades de crise expressam as sucessivas oposições da sociedade capitalista em que se desdobra a exposição do capital: valor e valor de uso, mercadoria e dinheiro, compra e venda, capital e trabalho.

**Palavras-chave:** marxismo, marx, o capital, teoria do valor, crise capitalista, método de exposição dialético.

**Classificação JEL:** B14, B24, B31, B51.

## ABSTRACT

The present work aims to determine the concept of crisis in the different levels of abstraction presented in Volume I of Karl Marx's *Capital*. In order to do this, we follow the dialectical-inspired readings of Grespan (2012) and Benoit and Antunes (2016), who understand that crisis is an expression of the immanent contradiction of capital and, therefore, develops in parallel with it, being determined in progressively concrete form from its most formal possibilities, the simple circulation of commodities, to its effectiveness in the global process of production. From there, we first analyze the relationship between crisis, capital and the method of exposition used by Marx along the books, to move on to the two main moments of Volume I: the simple circulation and the constitution of capital. Through this, we observe that the possibilities of crisis express the successive oppositions of capitalist society in which the exposure of capital unfolds: value and use value, commodity and money, purchase and sale, capital and work.

**Key-words:** marxism, marx, capital, value theory, capitalist crisis, dialectical method of exposition.

**JEL Codes:** B14, B24, B31, B51.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a publicação de *O Capital*, houve muito debate sobre a concepção e as possibilidades de crise capitalista desenvolvidas por Marx em sua obra. Segundo Benoit e Antunes (2016), há um erro comum na abordagem da grande maioria desses autores, no que pese sua diversidade de pensamento e os diferentes contextos em que estão inseridos, que foi responsável pelo seu fracasso em “encontrar uma explicação coerente e sistemática sobre as crises”<sup>1</sup> e pela falta de consenso nessa disputa.

De acordo com eles, essas tentativas estão todas presas à noção de “causa”, que seria estranha ao modo de apresentação empregado por Marx em *O Capital*<sup>2</sup>. Como coloca Grespan (2012), diante da dificuldade em fixar um conteúdo para a crise, que aparece de diferentes formas em diferentes passagens da obra – justamente pela estrutura do livro – esses autores teriam, nesse esforço de extrair uma teoria completa, principal e canônica de crise a partir do texto marxiano, privilegiado “ora um, ora outro dos conteúdos possíveis, em detrimento dos demais”<sup>3</sup>. Isto é, muito do debate acerca do tema esteve limitado a buscar qual seria a passagem “certa” que levaria a uma concepção definitiva de crise para Marx. Mesmo os comentadores que procuraram formular teorias “multicausais”, como Mandel (1990) e Sweezy (1985), ainda se colocaram dentro de uma lógica empirista, ou seja, de tentar descrever e explicar a causa de manifestações empíricas e ordinárias das crises econômicas do capitalismo, dos ciclos do capital de depressão, recuperação e *boom*<sup>4</sup>.

Como mencionado anteriormente, essas abordagens não levam em conta o método de exposição dialético proposto por Marx<sup>5</sup>. Nele, o que está em jogo em *O Capital* é, antes das causas de suas manifestações empíricas, o *conceito* de crise<sup>6</sup>. Isto é, crise como “negatividade imanente ao capital”, manifestação de sua contradição constitutiva<sup>7</sup>, conceito que é desenvolvido ao longo dos três livros de forma paralela e correspondente ao objeto principal: o *conceito* de capital, apresentado de forma metódica em sucessivos momentos de crescente

<sup>1</sup> Benoit, Antunes, *O Problema da Crise Capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 24.

<sup>2</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 24.

<sup>3</sup> Grespan, *O Negativo do Capital*. São Paulo: Expressão Popular/Ideias Baratas, 2012, p. 25.

<sup>4</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 23.

<sup>5</sup> “Conduzidos pelo uso da noção não dialética de ‘causa’, os diversos autores que procuraram explicar a crise do capital a partir de Marx se desviaram do âmago do problema, tentando descobrir, afinal, qual seria a ‘verdadeira causa das crises’ e em qual passagem de *O Capital* Marx teria exposto ‘melhor’ ou de ‘forma mais completa’ a sua concepção principal de crise. Mesmo aqueles que, a exemplo de Mandel, buscaram alguma síntese, teriam fracassado, pois, a síntese foi tentada embasando-se em concepções não dialéticas e, sobretudo, sem compreender o modo de exposição dialético de *O Capital*”. Benoit, Antunes, op. cit., p. 24.

<sup>6</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 28.

<sup>7</sup> Grespan, op. cit., p. 23.

complexidade e concretude. Sendo assim, a reconstrução do conceito de crise em Marx “depende de uma bem sucedida reconstrução do conceito de capital através de sua apresentação sistemática”<sup>8</sup>.

Não só seu desenvolvimento se faz assim, ou seja, simultaneamente ao de capital, mesmo que de forma implícita ao longo da obra, mas a crise tem uma importância fundamental para a teoria marxiana. Como coloca Grespan, por um lado é por meio da contradição, negatividade do capital, e seu “movimento de constante superação e reposição”, que Marx concebe a dinâmica da economia capitalista, seu processo de acumulação com ciclos de expansão e retrocesso, algo “essencial para compreender seu *modus operandi*”<sup>9</sup>. Por outro lado, “a crise está na base da crítica ao capitalismo, conforme um significado especificamente marxiano da *crítica*”. Isto é, no sentido dos limites alcançados pelo próprio sistema ao desenvolver suas potencialidades e expor suas contradições em processos que se apresentam invertidos, ou seja, não como a “realização dessas contradições, mas, antes, como ocultamento e transfiguração destas contradições na esfera da concorrência e aos olhos dos agentes econômicos”. Trata-se da crítica definitiva do sistema, a “crítica objetiva que o sistema faz a si mesmo através de suas crises” e a “crítica possível aos agentes econômicos”. Sendo assim, a teoria do valor em Marx vai além de um pensamento econômico positivo. Como teoria crítica, é a “forma de apreensão adequada a um sistema contraditório e, simultaneamente, (...) a forma pela qual sua análise e apresentação expõem a contradição e seu modo de atuar”, isto é, seus movimentos de inversão em uma aparência harmônica e natural<sup>10</sup>. Benoit e Antunes associam um sentido parecido a essas matérias e ao projeto marxiano. Segundo eles, ao longo da exposição de *O Capital*, ao mesmo tempo que Marx vai progressivamente desenvolvendo as contradições desse sistema, negando suas manifestações imediatas e cotidianas, ele expõe que suas crises “são insolúveis no interior das relações capitalistas de produção”<sup>11</sup>. “E o fim almejado pela exposição é converter o leitor comum, passivo e alienado na esfera do mercado, em um ativista revolucionário”<sup>12</sup>.

Em suma, é impossível entender propriamente a teoria do valor, assim como o projeto de crítica marxista do sistema capitalista, sem uma compreensão correta de crise. Podemos, pois, dizer o mesmo no sentido contrário: uma compreensão correta de crise em *O Capital*

<sup>8</sup> Grespan, op. cit., p. 28.

<sup>9</sup> Grespan, op. cit., p. 23.

<sup>10</sup> Grespan, op. cit., p. 24.

<sup>11</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 50.

<sup>12</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 49.

implica em uma reconstrução adequada da exposição dialética do conceito de capital, ponto desconsiderado por muitas das leituras clássicas sobre o tema.

E esse é o ponto fundamental e que diferencia as abordagens de inspiração dialéticas que serão acompanhadas nesta monografia, Grespan (2012) e Benoit e Antunes (2016). Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é determinar o conceito de crise presente no primeiro livro de *O Capital* a partir do desenvolvimento do conceito de capital e do modo de apresentação sistemático de Marx. Infelizmente, por uma questão de tempo, limitamo-nos ao Livro I, excluindo assim dois dos temas mais importantes e debatidos dentro da tradição marxista sobre crise. São eles (i) os esquemas de reprodução do capital presentes no Livro II, onde se basearam discussões sobre subconsumo, crise de realização e desproporção setorial, disputas muito relevantes principalmente no interior da social-democracia alemã e do marxismo russo no final do século XIX e começo do XX, e (ii) a lei da queda tendencial da taxa de lucro presente no Livro III, talvez a elaboração sobre crise mais importante no debate contemporâneo. Mesmo assim, acreditamos que o objeto aqui não deva ser desconsiderado pois, levando em conta o modo de apresentação dialético de *O Capital*, as possibilidades da crise trabalhadas no Livro I, mesmo que mais abstratas e formais que nos livros seguintes, são de alguma forma incorporadas nessas outras elaborações, necessárias para seu desdobramento. Ainda, essa reflexão com relação ao primeiro livro é particular a essas leituras de abordagem dialética e, assim, exemplar para compreender este pensamento.

No primeiro capítulo faremos uma breve explanação sobre o modo de apresentação marxiano, o que significa e sua relação com a crise. O segundo tratará das possibilidades de crise expostas na primeira seção do Livro I, a circulação simples de mercadorias. E, por fim, o terceiro e último capítulo refere-se às determinações de crise a partir da constituição do capital, ainda nos níveis de abstração do Livro I.

## 2. O MODO DE APRESENTAÇÃO DIALÉTICO

Sabemos por Rosdolsky (2007), que entre 1857 e 1866, o plano elaborado por Marx para a publicação do que viria a ser *O Capital* mudou. A obra originalmente era composta por seis “livros”, sendo o último “sobre o mercado mundial e as crises”<sup>13</sup>, que aqui teria um papel especial e sintético. Porém, na versão de 1866, Marx modifica seu plano para quatro livros<sup>14</sup>. Diante dessa alteração, Rosdolsky argumenta que o espaço exclusivo para as crises, assim como outros temas que sofreram destinos semelhantes, foi suprimido e não ficou incorporado propriamente na nova estrutura, assumindo essa aparência fragmentada, desorganizada, de “lacunas”, que imprime tanta dificuldade no debate sobre o tema e levou muitos autores a considerarem-na inacabada.

Acontece que as mudanças vão além de uma mera reorganização temática. Entre os dois planos “há um período de nove anos de experimentação e de permanente busca da forma expositiva adequada”<sup>15</sup>. Segundo Benoit e Antunes:

“Marx foi percebendo, cada vez mais, que o conteúdo era inseparável de uma certa forma ou *lexis* específica que deveria ser encontrada. Assim, naqueles anos, Marx passa a lutar para encontrar a forma correta que permitisse a exposição precisa do seu conteúdo: tratava-se de encontrar o método dialético rigoroso que abarcasse num único processo expositivo todas as complexas interações categoriais e históricas do capital.”<sup>16</sup>

Ou, como diz Grespan:

“A ordem da apresentação das categorias econômicas se afigurou como um problema metodológico central para Marx quando, a partir de 1857, ele se propôs a tarefa de organizar sistematicamente os resultados das suas investigações sobre Economia Política. Não se tratava de um simples encadeamento de proposições, mas, antes de mais nada, de buscar a definição adequada de *capital*, para além das formas aparentemente autônomas e justapostas por ele assumidas nos fenômenos do cotidiano.”<sup>17</sup>

Essa lógica particular de apresentação foi indicada e explorada por Rosdolsky, um dos pioneiros nos estudos de *O Capital* à luz dos *Grundrisse*, e foi profundamente elaborada em

---

<sup>13</sup> Rosdolsky, op. cit., p. 27.

<sup>14</sup> O plano original era: Livro I - sobre o capital; Livro II - sobre a propriedade da terra; Livro III - sobre o trabalho assalariado; Livro IV - sobre o Estado; Livro V - sobre o comércio exterior; Livro VI - sobre o mercado mundial e as crises. Em 1866, temos a estrutura definitiva de publicação: Livro I - o processo de produção do capital; Livro II - o processo de circulação do capital; Livro III - o processo global da produção capitalista; Livro IV - história da teoria. Rosdolsky, op. cit., p. 29.

<sup>15</sup> Rosdolsky op. cit., p. 27.

<sup>16</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 32.

<sup>17</sup> Grespan, op. cit., p. 29.

Müller (1982). Segundo Müller, quando se fala do “método de exposição”, não se trata de exposição “no seu sentido comum de discurso, de texto escrito (ou falado) que se organiza metodicamente conforme o encadeamento das proposições”, mas da “explicitação racional imanente do próprio objeto e a exigência de só nela incluir aquilo que foi adequadamente compreendido”<sup>18</sup>. Nesse sentido,

“É preciso, portanto, uma apropriação crítica prévia dos resultados da economia política como ciência social para que a sua reconstrução categorial seja efetivamente uma exposição do desenvolvimento conceitual do material pesquisado, isto é, uma apresentação discursiva daquela organização das suas determinações que resultam do movimento do seu conceito, ‘do trabalho próprio da razão da coisa’. Só que em Marx este movimento imanente do conceito de capital é a lógica contraditória da sua valorização, cuja exposição implicará na tematização das contradições da produção capitalista e caracterizará aquela como uma exposição crítica da realidade econômica.”<sup>19</sup>

Ou seja, o modo de apresentação em Marx não se trata de uma escolha subjetiva do autor “aplicada” sobre o objeto, mas do modo de apresentação adequado a este próprio objeto pela sua natureza contraditória, apreendida pelo pesquisador após seu esforço prévio de análise crítica. Daí a diferenciação feita por Marx entre “modo de investigação” e “modo de exposição” no *Posfácio à Segunda Edição Alemã*<sup>20</sup>. É através da pesquisa que a vida material se apresenta, que é possível apreender o objeto real como ele é, além das suas formas exteriores invertidas, chegando ao seu nexo interno contraditório. À apresentação cabe, pois, a revelação apropriada dessas descobertas, expondo sua racionalidade imanente segundo a lógica que o estrutura<sup>21</sup>. Diz Marx:

“A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori.”<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> Müller, “Exposição e Método Dialético no Capital”, in: *Boletim Seaf*, n. 2, Belo Horizonte, 1982. Disponível em:

<<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2015/09/muller-exposic3a7c3a3o-e-mc3a9todo-dialc3a9tico-em-ma rx.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2022, p. 1.

<sup>19</sup> Müller, op. cit., p. 10.

<sup>20</sup> Marx, *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 90 – a seguir citado como Marx, *O Capital*. Livro I, e seguido pelo número da página.

<sup>21</sup> Grespan, op. cit., p. 33.

<sup>22</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 90.

Benoit e Antunes descrevem esse processo de pesquisa e exposição de Marx da seguinte maneira:

“Marx estabeleceu, então, de forma mais clara todo o seu conteúdo analítico, superou as formas empíricas de suas investigações e elevou-se ao caminho da exposição dialética: caminho que deve partir da totalidade como concreto indeterminado (pressuposto); neste momento deve se caminhar pelo abstrato, expondo detalhadamente as diversas formas particulares da totalidade; no terceiro momento, pouco a pouco, ocorre a superação destas formas abstratas ao retornar ao concreto reconstruído, então, como determinado [posto, concreto pensado, desenvolvido e exposto pela *lexis* e pelo pensamento] (totalidade concreta ou universal concreto. Este seria o método que daria ‘vida à matéria’).”<sup>23</sup>

Segundo Grespan, Marx encontrou nas suas investigações sobre Economia Política que o fundamento e lei geral da sociedade capitalista, o valor (e, assim, o capital enquanto valor que se valoriza), é um objeto contraditório. Uma vez que o capital possui uma tendência totalizante, isto é, uma tendência de “se constituir em totalidade exclusiva que preside o conjunto das relações econômicas”, ele ao mesmo tempo “afirma a força de trabalho”, fonte do valor “a partir do qual ele mesmo se forma e se define”, e “a nega e exclui enquanto possível todo”. Pela compra da força de trabalho enquanto mercadoria, a subordina formalmente, “rebaixando-a a momento da totalidade constituída por ele”, e não permite que ela o rebaixe “a seu momento e se constitua efetivamente, por seu turno, em totalidade”<sup>24</sup>. Ele continua:

“Nesta força totalizante do capital, Marx encontrou o substrato a partir do qual se define um objeto autônomo, que pode e deve ser apresentado independentemente de condições exteriores a ele, e que tende a subsumir a si as demais relações sociais existentes, permitindo sua inteligibilidade.”<sup>25</sup>

Sobre isso, diz Marx: “Aqueles que consideram a autonomização do valor uma mera abstração esquecem que o movimento do capital industrial é essa mesma abstração *in actu*”<sup>26</sup>. Assim, este objeto, o valor, “não é resultado de uma abstração generalizante efetuada pelo teórico, mas produto real-efetivo do modo com que se constitui o capital como objeto específico, devendo a teoria limitar-se a reproduzi-la e apresentá-la através de conceitos”<sup>27</sup>. Essa apresentação categórica a que ele se refere segue, assim, a lógica própria que estrutura

<sup>23</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 33.

<sup>24</sup> Grespan, op. cit., p. 30.

<sup>25</sup> Grespan, op. cit., p. 30.

<sup>26</sup> Marx, *O capital: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital*. São Paulo Boitempo, 2014, p. 184.

<sup>27</sup> Grespan, op. cit., p. 31.

este objeto: a contradição, que em sua forma de aparecer, resolver-se e repor-se constitui o movimento de mediações que vai do fundamento (valor) a suas formas de manifestação. Desse modo, as categorias econômicas (formas de manifestação) estão ainda em contradição com o próprio fundamento<sup>28</sup>, nexo interno contraditório que tem nisso o motor do desenvolvimento delas. Por isso a aparência invertida assumida pelo capital no cotidiano imediato, seu exterior que a pesquisa prévia deve penetrar e seu interior que a apresentação deve revelar.

A exposição se dá, pois, em sucessivos momentos mediados pelo movimento das contradições (sua constante compreensão, resolução e reposição) desde a constituição do seu nexo interno, do seu fundamento, do valor. A ordem desses momentos não tem nada que ver com a narrativa histórica e o aparecimento temporal das formas de manifestação, tampouco se trata de uma “dialética dos conceitos” que produziria a dialética real do objeto<sup>29</sup>. Benoit e Antunes atribuem a Engels a primeira leitura “positivista e historicista” de *O Capital*, interpretação que considerava que entre a primeira seção, a circulação simples de mercadorias, e as seguintes haveria um “corte paradigmático e incomensurável”<sup>30</sup>. A primeira seção trataria-se, pois, de “condições históricas pré-capitalistas” sobre as quais se desenvolveram as relações do capital que apareceriam apenas a partir da segunda seção, com a compra e venda da força de trabalho<sup>31</sup>. Assim, como diz Grespan, nesse pensamento, a ordem das categorias refletiria a ordem que elas foram historicamente determinadas<sup>32</sup>. Segundo ainda Benoit e Antunes, a leitura dialética de *O Capital* interpreta a primeira seção e as seguintes como momentos de um único e mesmo pensamento, de uma única e mesma realidade, separados por diferentes níveis de abstração e concretização, sendo a circulação simples a esfera mais imediata e cotidiana<sup>33</sup>. Sobre isso, diz Marx:

“Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Muito menos de sua ordem ‘na ideia’ ([como em]

<sup>28</sup> Grespan, op. cit., p. 30.

<sup>29</sup> “Por isso, a exposição marxiana reconstrói, no plano ideal, o movimento sistemático do capital enquanto diferente, logicamente, de sua emergência e universalização históricas e diferente, como método, de sua reprodução real sistêmica.” Müller, op. cit., p. 3.

<sup>30</sup> Depois de Engels, os autores apontam Rosa Luxemburgo, Ernst Mandel, Paul Sweezy, Oskar Lange e Ronald Meek como outros pensadores que caíram no mesmo corte interpretativo.

<sup>31</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 51.

<sup>32</sup> Grespan, op. cit., p. 31.

<sup>33</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 52.

Proudhon) (uma representação obscura do movimento histórico). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa.”<sup>34</sup>

Como o autor coloca acima, também não se trata de uma ordem “na ideia”, como uma “dedução lógica de conceitos a partir de conceitos, numa dialética do puro pensamento independente de seu objeto”<sup>35</sup>. Marx quer romper com a “dialética dos conceitos” da filosofia especulativa hegeliana, em que, segundo Müller, “a razão, especificamente, o conceito enquanto ideia, tem em si a força infinita de sua auto-realização”<sup>36</sup>. Em outras palavras: “na *Ciência da Lógica* a exposição das determinações progressivas do pensamento puro, enquanto conceito, é simultaneamente o processo de sua autodeterminação e de sua auto-realização, até ele emergir como sujeito último e atividade pura (ideia) que perpassa todo o processo como o seu método.”<sup>37</sup> Apesar de não se tratar de uma narrativa histórica, *O Capital* tem um objeto historicamente constituído, o que aponta para a necessidade, sinalizada por Marx nos *Grundrisse*<sup>38</sup>, “de serem incorporados pressupostos históricos para completar a passagem de um momento para outro de apresentação”<sup>39</sup>.

A ordem da apresentação é, como diz Marx na citação acima, determinada pela articulação das categorias dentro da sociedade capitalista, isto é, a partir da relação entre elas umas com as outras no quadro da definição de capital. É a apresentação do desdobramento do objeto em suas próprias articulações, e “como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico”<sup>40</sup>. Ela tem dois sentidos, segundo Müller, (i) de compreender apropriadamente o “devir histórico do capital e sua constituição em totalidade” e (ii) de expor as “articulações sistemáticas de todas as relações econômicas que se implicam reciprocamente numa sociedade submetida à dominação do capital”<sup>41</sup>.

Marx apresenta, pois, o desdobramento e, assim, a relação do fundamento, nexo interno contraditório do capital, até e com suas formas de manifestação, invertidas e em

<sup>34</sup> Marx, *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Editora UFRJ, 2011, p. 60 – a seguir citado como Marx, *Grundrisse*, e seguido pelo número da página.

<sup>35</sup> Grespan, op. cit., p. 32.

<sup>36</sup> Müller, op. cit., p. 3.

<sup>37</sup> Müller, op. cit., p. 3.

<sup>38</sup> “Será necessário, mais tarde, antes de abandonar essa questão, corrigir o modo idealista da apresentação que produz a aparência de que se trata simplesmente das determinações conceituais e da dialética desses conceitos. Sobretudo, portanto, o clichê: o produto (ou atividade) devém mercadoria; a mercadoria, valor de troca; o valor de troca, dinheiro.” Marx, *Grundrisse*, p. 100.

<sup>39</sup> Grespan, op. cit., p. 32.

<sup>40</sup> Müller, op. cit., p. 2.

<sup>41</sup> Müller, op. cit., p. 4.

contradição com ele. Esse desenvolvimento das sucessivas categorias econômicas tem seu motor no movimento da contradição de constante aparecimento, superação e restituição. Ele parte da unidade elementar da sociedade capitalista, a forma mercadoria, que tem na sua dupla e contraditória determinação, valor e valor de uso, o germe das categorias mais complexas, em um processo progressivo-regressivo de dedução dessas categorias e formas em sucessivos momentos cada vez mais concretos, no sentido de concreto de “síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade”<sup>42</sup>. Ele vai do mais simples, abstrato e geral na primeira seção do Livro I, até o mais complexo, concreto e particular no final do Livro III. Fica claro, assim, a relação intrínseca entre o modo de apresentação do capital e a crise, a partir da contradição que também a define e com seu desdobramento simultâneo em seguidas formas correspondentes às etapas de abstração do capital<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Marx, *Grundrisse*, p. 54.

<sup>43</sup> “A dialética enquanto método caracteriza um procedimento que pretende expor construtivamente o ‘desenvolvimento conceitual do capital’ enquanto ‘capital em geral’, o ‘capital enquanto tal, isto é, o capital social total’ a partir de sua ‘forma elementar’, a mercadoria (enquanto objeto imediato da circulação e forma econômica dos produtos do trabalho humano), e das determinações progressivas das formas de manifestação do valor, presente na mercadoria: forma-valor simples, forma-valor total, forma-valor universal, dinheiro em suas determinações fundamentais. Ela reproduz, assim, idealmente, o movimento sistemático (lógico) através do qual o capital se constitui naquilo que é, autovalorização do valor”. Müller, op. cit., p. 3.

### 3. A CIRCULAÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS

Como diz Grespan, o subtítulo de *O Capital, crítica da Economia Política*, enuncia um objetivo de Marx na obra: a refutação das concepções harmônicas e naturais da Economia Política Clássica sobre capitalismo, mesmo que partindo dos seus mesmos pressupostos. “O resultado de tal rearticulação conceitual é a Primeira Seção do Livro I de *O Capital*, em que Marx apresenta a *circulação simples de mercadorias*”<sup>44</sup>. Esta representa o começo ainda “puramente formal, abstrato e positivo da exposição”<sup>45</sup>, a esfera mais aparente e cotidiana da realidade capitalista, em que trabalhadores e capitalistas aparecem como produtores livres, vendedores e compradores individuais de mercadorias no geral no processo de troca de equivalentes ( $M - D - M$ , mercadoria – dinheiro – mercadoria). O dinheiro ainda não é apresentado enquanto capital, mas é apenas moeda e meio de circulação. Sendo assim, o fim do processo é a satisfação de necessidades dos envolvidos por meio da troca de valores-de-uso, não a valorização do valor com o dinheiro. As possibilidades de crise são, pois, também as mais abstratas e formais, desdobramento do caráter contraditório de categorias abstratas (mercadoria e dinheiro) em sua constituição e entre uma e outra<sup>46</sup>.

O modo de produção capitalista tem sua especificidade na divisão social do trabalho através da propriedade privada dos meios de produção. Essa forma particular de divisão do trabalho gera indivíduos que, enquanto produtores privados, são especializados e independentes entre si. Ao mesmo tempo, seu trabalho privado é condicionado como parte de um trabalho social total, devendo se adequar socialmente no seu conteúdo. Na medida em que essa divisão do trabalho avança, mais independentes os indivíduos parecem ser um dos outros como produtores, mas como consumidores, mais dependentes são uns dos outros para conseguir suprir suas necessidades. Ou seja, pela especialização da produção, cada indivíduo depende do produto do trabalho alheio para satisfazer suas necessidades, e o produto do seu trabalho, mesmo que produzido de maneira aparentemente autônoma e individual pelo seu caráter privado, é determinado socialmente como integrante do trabalho social total, destinado a satisfazer as necessidades alheias<sup>47</sup>. Temos, então, um duplo caráter social deste trabalho privado específico: primeiro, ele só é útil para seu produtor na medida em que é útil para os outros e, segundo, ele só é útil para seu produtor se pode ser trocado por todo outro

---

<sup>44</sup> Grespan, op. cit., p. 41.

<sup>45</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 42.

<sup>46</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 56.

<sup>47</sup> Grespan, op. cit., p. 44.

tipo de trabalho privado específico<sup>48</sup>. Os produtores “não consomem seus próprios produtos – que não são imediatamente ‘produtos para eles’ – mas os usam como valores de troca para obter os dos outros, troca com a qual ‘sua própria atividade ou seu produto se torna uma atividade ou um produto para eles’”. Os indivíduos são aparentemente autônomos e indiferentes enquanto produtores ao mesmo tempo que são dependentes do nexo social enquanto consumidores, uma vez que precisam trocar o seu produto para “usá-lo”, isto é, para satisfazer suas necessidades através do produto alheio e assim constituir-se enquanto indivíduos. Esse nexo social é o valor, expresso no valor de troca e específico dessa construção social fruto da divisão do trabalho baseada na propriedade privada. Nesta sociedade, a troca é a “única forma de correlacionar a imensa variedade de produções e necessidades individuais imediatamente independentes”<sup>49</sup> e por isso “se produz essencialmente para trocar”<sup>50</sup>.

Sendo assim, na medida em que avança esta forma de divisão do trabalho, avança a generalização das trocas e, deste modo, a produção de mercadorias, produtos do trabalho produzidos e deslocados pela troca. Por isso que a “riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar”<sup>51</sup>. A mercadoria é, portanto, constituída de uma dualidade contraditória, ela é ao mesmo tempo e na mesma relação portadora de valor de uso e valor, expresso no valor de troca no momento de sua equiparação com outra mercadoria. O valor de uso se associa com sua utilidade, sua capacidade de satisfazer necessidades humanas. É uma propriedade natural do produto do trabalho presente assim em diferentes sociedades e é determinado pelas “especificidades do trabalho que o produziu”<sup>52</sup>. O valor, por sua vez, é o nexo social efetivo e exclusivo da sociedade capitalista, em que a troca é a forma geral de circulação dos produtos do trabalho e preside sua produção.

Isso porque a troca equipara mercadorias de qualidades diferentes, produzidas por trabalhos qualitativamente diferentes e, assim, incomparáveis. Para que as proporções entre as mercadorias em jogo assuma alguma regularidade e não seja fruto do acaso é preciso, pois, compará-las quantitativamente com relação ao que as é comum. Esse comum é o valor, que se expressa no valor de troca no momento da permuta. O valor é determinado a partir da abstração dos diferentes valores-de-uso no corpo das mercadorias, uma abstração que não é

<sup>48</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 148.

<sup>49</sup> Grespan, op. cit., p. 46.

<sup>50</sup> Grespan, op. cit., p. 48.

<sup>51</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 113.

<sup>52</sup> Grespan, op. cit., p. 51.

fruto da cabeça do teórico mas acontece efetivamente todos os dias no cotidiano social. Abstraindo suas qualidades particulares, o que resta na mercadoria é sua propriedade de produto de trabalho humano, mas trabalho humano em geral, isto é, trabalho humano abstrato<sup>53</sup>.

O trabalho abstrato seria “uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio”<sup>54</sup>. Essa redução e aparição da substância do valor só acontece realmente na sociedade capitalista, quando ela equipara produtos de trabalhos diversos na relação deles através da troca. Mais que uma generalização dos trabalhos concretos específicos, o trabalho abstrato é, assim, uma oposição ao trabalho concreto, uma vez que são expressões e resultados da contradição da estrutura social onde o processo de troca domina o processo de produção, da sociedade em que os produtores são imediatamente privados autonomizados ao mesmo tempo que são dependentes e determinados por um processo social que, por isso, aparece para eles como exterior, fora do seu controle e que por ele são controlados. Da mesma forma, portanto, também estão em oposição valor de uso e valor, sendo essa a oposição interna constitutiva da forma-mercadoria<sup>55</sup>.

Porém, como a objetividade do valor é social, essa oposição interna só se manifesta na troca, isto é, na relação entre mercadorias<sup>56</sup>. Como mercadoria individual, ela “permanece inapreensível como coisa de valor”<sup>57</sup>. No momento de equiparação de mercadorias, sua oposição interna é externalizada, expressa na polarização da forma-valor simples (forma I): forma-valor relativa e forma-valor equivalente. Na troca, então, cada mercadoria desempenha um papel diferente em uma oposição externa entre elas: a primeira (relativa) expressa seu valor na segunda (equivalente); a primeira tem um papel ativo enquanto a segunda tem um papel passivo; a primeira vale pelo seu valor de uso enquanto a segunda vale como valor de troca, sendo seu valor de uso o material dessa expressão de valor da primeira<sup>58</sup>. O valor de uso da forma-equivalente está, assim, oposto não só ao seu próprio valor, mas ao valor da

<sup>53</sup> Grespan, op. cit., p. 51.

<sup>54</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 116.

<sup>55</sup> Grespan, op. cit., p. 55.

<sup>56</sup> “Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias.” Marx, *O Capital*. Livro I, p. 125.

<sup>57</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 125.

<sup>58</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 126.

forma-relativa que nela é expresso<sup>59</sup>. Sendo assim, a “primeira peculiaridade que se sobressai na consideração da forma de equivalente é esta: o valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário, do valor”<sup>60</sup>. Por isso, a “oposição interna entre valor de uso e valor, contida na mercadoria, é representada, assim, por meio de uma oposição externa”<sup>61</sup>. Ainda, diz Marx:

“Forma de valor relativa e forma de equivalente são momentos inseparáveis, interrelacionados e que se determinam reciprocamente, mas, ao mesmo tempo, constituem extremos mutuamente excludentes, isto é, pólos da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre mercadorias diferentes, relacionadas entre si pela expressão de valor”<sup>62</sup>

A partir dessa oposição de “simultânea copertinência e exclusão”<sup>63</sup> Marx desenvolve novas formas, até finalmente demonstrar a gênese da forma-dinheiro e a primeira possibilidade de crise. O próximo passo consiste em que essas formas-valor simples opostas se espalham pelas diversas mercadorias, fazendo com que o valor de uma mercadoria seja “expresso em inúmeros outros elementos do mundo das mercadorias”<sup>64</sup>, já que “na produção mercantil devem trocar-se mercadorias quaisquer, com tantas possibilidades de troca quantas mercadorias existirem disponíveis, de modo que cada mercadoria na forma-valor relativa tem todas as outras como suas equivalentes”<sup>65</sup>. Temos aqui, então, a forma de valor total ou desdobrada, a forma II. Agora, a “relação acidental entre dois possuidores individuais de mercadorias desaparece. Torna-se evidente que não é a troca que regula a grandeza de valor da mercadoria, mas, inversamente, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca”<sup>66</sup>. Então, chegamos na forma-valor equivalente universal, a forma III, quando uma mercadoria sozinha adquire a “permutabilidade direta por todas as outras mercadorias”<sup>67</sup>. Para isso, todas as mercadorias “são, com uma única exceção, excluídas da forma de equivalente universal” e, ao mesmo tempo, a mercadoria equivalente universal “está excluída da forma de valor relativa unitária e, portanto, universal do mundo das mercadorias”. Desse modo, fica exposto, novamente, o caráter de oposição da expressão do valor, no sentido de “mútua exclusão” de polos que são “momentos pertencentes um ao

<sup>59</sup> Grespan, op. cit., p. 60.

<sup>60</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 133.

<sup>61</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 137.

<sup>62</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 126.

<sup>63</sup> Grespan, op. cit., p. 61.

<sup>64</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 138.

<sup>65</sup> Grespan, op. cit., p. 61.

<sup>66</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 139.

<sup>67</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 143.

outro”. Todas as mercadorias estão na forma-relativa social e expressam seu valor em uma única outra, que está na forma-equivalente universal na medida em que ela ganha validade social universal imediata. Uma “mercadoria determinada conquistou historicamente esse lugar privilegiado: o ouro”<sup>68</sup>. Com isso, por fim temos o aparecimento da mercadoria-dinheiro, a dedução da forma-dinheiro, a forma IV.

Conceitualizadas essas categorias, a análise da troca começa a expor as primeiras possibilidades de crise. As mercadorias são feitas para a troca, elas não têm valor de uso para seu produtor senão o valor indireto de serem portadoras de valor de troca e assim permutáveis por outros valores de uso de que ele necessita. Portanto, elas precisam trocar de mãos, ir de seus possuidores para os seus não possuidores, das mãos em que elas são não valor de uso para aquelas em que elas são valor de uso<sup>69</sup>. Ainda no nível da circulação simples, com o desdobramento do dinheiro, a troca fica mais complexa: a mercadoria é trocada por dinheiro que é trocado por mercadoria ( $M - D - M$ ). Deste modo, a troca é cindida em dois momentos diferentes, “antitéticas e reciprocamente complementares”<sup>70</sup>: venda e compra.

A venda ( $M - D$ ) é a metamorfose da mercadoria na forma-valor particular ( $M$ ) para a forma-valor universal ( $D$ ). A compra ( $D - M$ ), por sua vez, é o processo inverso, metamorfose da forma-valor universal para a forma-valor particular. O processo constitui um todo: vender para comprar, que determina uma finalidade para a troca: a satisfação das necessidades humanas. Como dito anteriormente, a circulação simples se trata do nível mais abstrato e formal da realidade capitalista, em níveis mais concretos esse fim é negado. De qualquer forma, aqui “comprar sem antes ter vendido é impossível e vender sem depois comprar, contrário à finalidade da circulação simples de mercadorias”<sup>71</sup>.

Porém, a mediação do dinheiro na troca e a consequente separação formal dela em duas fases tem resultados já contraditórios. Ao contrário do escambo, com o dinheiro a “identidade imediata da troca na oposição de venda e compra” é rompida, separando assim temporal e espacialmente esses dois movimentos. Como diz Marx: “ninguém pode vender sem que um outro compre, mas ninguém precisa comprar imediatamente porque ele mesmo vendeu”<sup>72</sup>. O rompimento dessa identidade leva junto as “barreiras temporais, locais e

<sup>68</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 145.

<sup>69</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 160.

<sup>70</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 192.

<sup>71</sup> Grespan, op. cit., p. 68.

<sup>72</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 187.

individuais da troca de produtos”. Ou seja, “os vendedores não estão automaticamente comprando ao vender”<sup>73</sup>.

O vendedor pode, na verdade, reter o dinheiro e comprar a mercadoria específica que deseja em qualquer momento, “em circunstâncias não determinadas pelo ato da venda”, já que o dinheiro é o valor autonomizado, “trabalho abstrato geral” e não “produto específico de trabalho individual”<sup>74</sup>. Sendo assim, mercadoria e dinheiro formam uma oposição, desdobramento da “oposição entre o trabalho privado e o trabalho social na sociedade mercantil”<sup>75</sup>, que passa pela oposição entre valor de uso e valor, entre a forma-valor relativa e a forma-valor equivalente e entre a compra e a venda.

Nesta sociedade, o “processo de troca domina o processo de produção”, já que o produto do trabalho é a mercadoria, produzida para trocar, portanto, “o valor de uso se realiza sempre após a realização do valor de troca”<sup>76</sup>: os produtores de mercadorias precisam alienar seu produto no mercado. Para isso, é “*necessária* sua transformação em dinheiro”, como desenvolvido acima. Porém, como o trabalho é realizado de forma privada e independente, “não há planejamento consciente em sua divisão do trabalho”<sup>77</sup> e “o caráter útil da mercadoria, se ela atenderá uma necessidade social ou não, será dado, então, apenas *post-festum* no mercado”<sup>78</sup>, apenas no momento da venda. Nas palavras de Grespan, a “conciliação dos interesses privados – o fato de cada um produzir aquilo que os outros desejam, e na quantidade precisa em que o desejam, sem excessos nem faltas – não é garantida de antemão”<sup>79</sup>. Na verdade, antes “imperam a imprevisibilidade e a incerteza”<sup>80</sup>. Ou seja, a metamorfose da mercadoria em dinheiro é ao mesmo tempo necessária para o processo de circulação e produção, e não é uma certeza dada por ele. Ela virou “um jogo de pura sorte”, uma causalidade, fora do controle dos produtores, que dependem dos possuidores de dinheiro, seu objeto de desejo, “para continuarem existindo como produtores. Separados do dinheiro, restará a eles (...) somente o caminho da crise e da falência.”<sup>81</sup>. É assim cada vez

<sup>73</sup> Grespan, op. cit., p. 69.

<sup>74</sup> Grespan, op. cit., p. 69.

<sup>75</sup> Grespan, op. cit., p. 70.

<sup>76</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 57. “Por isso, as mercadorias têm de se realizar como valores antes que possam se realizar como valores de uso. Por outro lado, elas têm de se conservar como valores de uso antes que possam se realizar como valores, pois o trabalho humano que nelas é despendido só conta na medida em que seja despendido numa forma útil para outrem. Se o trabalho é útil para outrem, ou seja, se seu produto satisfaz necessidades alheias é algo que somente a troca pode demonstrar”. Marx, *O Capital*. Livro I, p. 160.

<sup>77</sup> Grespan, op. cit., p. 78.

<sup>78</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 58.

<sup>79</sup> Grespan, op. cit., p. 78.

<sup>80</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 58.

<sup>81</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 62.

mais na medida em que se desenvolve a produção voltada para a troca e, com isso, a autonomização do dinheiro.

Deste modo, existe um risco de não realização do valor, uma possibilidade de “mercadoria e dinheiro não se tornarem reciprocamente conversíveis”<sup>82</sup>, ainda mais quando sua relação é assimétrica, dadas as propriedades de suas formas. A mercadoria é a forma natural e particular de riqueza enquanto o dinheiro é a forma social e universalmente válida. Assim, a primeira, rígida, é uma forma inferior à segunda, flexível. Por isso, Benoit e Antunes dizem que “o dinheiro não ama a mercadoria do mesmo modo que a mercadoria ama o dinheiro”<sup>83</sup>, ou então Marx, referindo-se a Shakespeare: “Como se pode ver, a mercadoria ama o dinheiro, mas “*the course of true love never does run smooth*”<sup>84</sup>. O portador de dinheiro não tem necessariamente a mesma pressa para a transação que o portador da mercadoria, como expresso anteriormente, ele pode retê-lo usá-lo quando quiser, e não imediatamente. Aí está a primeira possibilidade de crise, na não venda das mercadorias, ou, na não realização do valor da mercadoria, na sua não metamorfose em dinheiro e a consequente interrupção do processo de troca e, com isso, de produção.

Com o desenvolvimento do sistema de crédito e de circulação de mercadorias, todavia, essa crise pode ser potencializada. Quando o dinheiro passa a cumprir uma nova função: meio de pagamento, temos uma outra possibilidade de crise, mais concreta e explosiva que a primeira. Como meio de pagamento, o dinheiro aparece de duas formas na troca: como medida do valor e como realização efetiva do valor (meio de circulação). “Aqui, a passagem efetiva da mercadoria para as mãos do comprador, e do dinheiro para as do vendedor, não é simultânea: o dinheiro aparece só nominalmente, no momento da entrega da mercadoria, como medida do valor desta, para aparecer de fato mais tarde, como pagamento da compra realizada antes”<sup>85</sup>. A venda e a realização do valor da mercadoria são, deste modo, separados temporalmente. O vendedor “recebe em troca somente uma promessa de pagamento futuro”<sup>86</sup>, o comprador contrai uma dívida e a mercadoria “se converte em valor de uso antes de se ter convertido em dinheiro”<sup>87</sup>. O dinheiro, deste modo, “só circula efetivamente na data de vencimento da dívida”<sup>88</sup>.

---

<sup>82</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 58.

<sup>83</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 61.

<sup>84</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 181.

<sup>85</sup> Grespan, op. cit., p. 70.

<sup>86</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 65.

<sup>87</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 210.

<sup>88</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 66.

Portanto, a “cisão entre compra e venda é aprofundada”<sup>89</sup> com o dinheiro em duas formas de existência opostas, uma na figura ideal (medida do valor) e uma na figura real (meio de circulação). O volume de trocas pode ser com isso expandido e a diferença entre compradores e vendedores na economia pode se tornar mais evidente e desequilibrada, havendo um “meio de circulação efetivo (...) em volume menor que os valores de mercadorias que ele mediu”<sup>90</sup>. Agora, o fracasso de uma venda, uma falência, faz com que a crise se espalhe por uma série de produtores, “que estão amarrados atrás de si e dependem do sucesso”<sup>91</sup> “desta única venda para que o dinheiro circule e com ele possam, da mesma forma, quitar suas dívidas contraídas no mercado”<sup>92</sup>. Deste modo, há o “rompimento de toda uma cadeia de obrigações recíprocas firmadas entre a multidão dos diversos vendedores e compradores”, gerando uma “crise geral por falta de meios de pagamento”<sup>93</sup>. A venda agora, portanto, tem um período determinado para acontecer, o tempo do pagamento da dívida, colocando mais pressão sobre a dificuldade de vender as mercadorias, primeira possibilidade de crise exposta, potencializando-a. Uma redução na velocidade de circulação de mercadorias, risco plausível pela separação da compra e venda e oposição entre mercadoria e dinheiro, torna-se assim ainda mais problemática. Benoit e Antunes ainda apontam outra consequência do dinheiro enquanto meio de pagamento: sua centralidade enquanto meta do processo de produção e de troca, no lugar da satisfação de necessidades, uma vez que se passa a produzir para quitar o débito<sup>94</sup>. Isso se desenvolve com a constituição do capital.

Essas são as possibilidades de crise na primeira seção, a circulação simples de mercadorias, elas residem “na dificuldade de vender mercadorias” e em suas consequências crescentemente explosivas. Seu germe está na oposição entre trabalho privado e trabalho social na sociedade capitalista, que se desdobra em formas opostas subsequentes. No momento de crise, a separação entre compra e venda e entre mercadoria e dinheiro ficam explícitas, com grandes desproporções e a não conversibilidade imediata entre elas<sup>95</sup>. Como argumenta Grespan, a crise não está, porém, apenas nessas separações de opostos, expressões da fissura constitutiva da mercadoria, mas também no fato dessa separação ainda compor uma unidade, aqui: vender para comprar, que eventualmente se faz valer violentamente. As duas fases aparentemente autônomas e separadas “não podem existir independentemente,

<sup>89</sup> Grespan, op. cit., p. 70.

<sup>90</sup> Grespan, op. cit., p. 71.

<sup>91</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 67.

<sup>92</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 68.

<sup>93</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 68.

<sup>94</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 67.

<sup>95</sup> Grespan, op. cit., p. 72.

pois então a finalidade do processo de vender para comprar não se realizaria”<sup>96</sup>. Com o desenvolvimento e aprofundamento da cisão entre fases, temos o “ponto no qual a separação aparece enquanto autonomia de momentos e em que esta se revela impossível, por ser produto da unidade, que se estabelece então de maneira *destrutiva*”<sup>97</sup>. Sobre isso, diz Marx:

“Na medida em que compra e venda, que são dois momentos essenciais da circulação, são mutuamente indiferentes, são separadas no espaço e no tempo, elas não precisam de maneira nenhuma coincidir. A sua indiferença pode prosseguir até a consolidação e a aparente autonomia de uma em relação à outra. Contudo, como ambas são momentos essenciais de um todo único, tem de chegar um momento em que a figura autônoma é violentamente rompida e a unidade interna é restabelecida exteriormente por uma violenta explosão.”<sup>98</sup>

A crise tem, assim, um sentido de reequilíbrio, que se faz constante, uma vez que a metamorfose da mercadoria em dinheiro é ao mesmo tempo necessária e casual. Nas palavras de Marx:

“(...) uma vez que o valor de troca da mercadoria existe duplamente, como a mercadoria determinada e como dinheiro, o ato de troca decompõe-se em dois atos mutuamente independentes: troca das mercadorias por dinheiro, troca de dinheiro por mercadorias; compra e venda. Como esses atos adquiriram agora formas de 144/1285 existência espacial e temporalmente separadas uma da outra, indiferentes entre si, sua identidade imediata deixa de existir. Podem se corresponder ou não se corresponder; podem coincidir ou não; podem entrar em relações recíprocas discrepantes. É verdade que procurarão constantemente se equiparar; porém, no lugar da igualdade imediata anterior, tem lugar agora o constante movimento de equiparação, que pressupõe justamente a constante não equiparação. Possivelmente, a consonância só pode agora ser plenamente atingida percorrendo as mais extremas dissonâncias.”<sup>99</sup>

Por fim, essas possibilidades de crise, como estamos ainda do nível mais abstrato e formal da realidade capitalista, são também as mais abstratas e formais, insuficientes para analisar “adequadamente o fenômeno das crises do capitalismo”<sup>100</sup>. Carecem de conteúdos e determinações mais realistas da produção e circulação, necessárias para o “desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade”<sup>101</sup>. Com o prosseguimento da exposição e, assim, o desdobramento de condições mais concretas, como classes sociais e a concorrência de

<sup>96</sup> Grespan, op. cit., p. 75.

<sup>97</sup> Grespan, op. cit., p. 81.

<sup>98</sup> Marx, *Grundrisse*, p. 145.

<sup>99</sup> Marx, *Grundrisse*, p. 97.

<sup>100</sup> Grespan, op. cit., p. 81.

<sup>101</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 187.

capitais, a crise passa para a sua realidade<sup>102</sup>. Nesse sentido, diz Marx, no texto citado na nota 99:

“Por isso, tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade. O desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade requer todo um conjunto de relações que ainda não existem no estágio da circulação simples de mercadorias.”<sup>103</sup>

No capítulo que segue, então, avançamos um pouco na exposição e, assim, na concretude da realidade capitalista, para analisar o conteúdo da crise a partir da constituição do capital.

---

<sup>102</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 64.

<sup>103</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 187.

#### 4. A CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL

Na segunda seção de *O Capital*, a exposição passa da circulação simples de mercadorias à constituição e análise do capital através da apresentação e crítica de sua fórmula geral. A partir daí, temos desenvolvido o capital em geral, que ainda carece de determinantes mais específicos da realidade capitalista, como os diferentes tipos de capitais e a concorrência entre eles, mas está em um nível de abstração mais concreto do que anteriormente. Isso porque agora o dinheiro surge como capital, isto é, “como o valor que deve se valorizar e como fim do processo de troca”<sup>104</sup>. Os agentes envolvidos neste processo, antes indeterminados como produtores individuais, compradores e vendedores em geral, aparecem, então, enquanto trabalhadores e capitalistas, de modo que as classes sociais antes pressupostas são agora postas<sup>105</sup>. Nesse sentido, o ponto fundamental nesta passagem para a esfera da produção capitalista é “o surgimento de uma mercadoria determinada, a força de trabalho”<sup>106</sup>, “que possui a peculiaridade de gerar uma soma de valor acima do seu próprio valor”<sup>107</sup>, “e um vendedor, também determinado, o trabalhador”<sup>108</sup>, que só tem essa mercadoria para vender e está expropriado dos meios de usá-la, os meios de produção<sup>109</sup>. As possibilidades de crise, por fim, se desenvolvem da oposição na relação entre capital e trabalho.

Como explorado no capítulo anterior, conforme avançou a exposição da circulação simples de mercadorias, o dinheiro é progressivamente autonomizado até a sua função como meio de pagamento. Já naquele momento se observa uma tendência a “aparecer enquanto finalidade para seu possuidor, enquanto forma em que se expressa universalmente o valor, (...) como poder independente das suas funções de meio de compra subordinado aos objetivos da circulação simples de mercadorias”<sup>110</sup>. O desenvolvimento pleno desse processo é que define e que se realiza em sua transformação em capital.

Nesse sentido, a distinção entre dinheiro enquanto dinheiro e dinheiro enquanto capital parte de uma diferença na forma de circulação. A fórmula geral do capital seria, assim, D – M – D (dinheiro – mercadoria – dinheiro), o inverso da circulação simples, M – D

<sup>104</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 42.

<sup>105</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 71.

<sup>106</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 42.

<sup>107</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 43.

<sup>108</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 42.

<sup>109</sup> “A fórmula FT-D-M (Força de Trabalho – Dinheiro – Mercadoria) surge como a mediação dialética entre o começo abstrato e indeterminado e a esfera da produção que virá logo mais à frente.” Benoit, Antunes, op. cit., p. 43.

<sup>110</sup> Grespan, op. cit., p. 83.

– M. Portanto, se antes vende-se para comprar, agora compra-se para vender. Essa distinção na unidade das fases opostas de compra e venda significa uma “diferença de finalidade e de conteúdo”<sup>111</sup>. Na circulação simples, como expresso anteriormente, o objetivo da troca é a satisfação das necessidades por meio da permuta entre diferentes valores de uso, de forma que um produtor consiga adquirir os produtos alheios dos quais ele precisa e vice-versa. Na fórmula geral do capital, por sua vez, o objetivo é “adquirir uma mercadoria para vendê-la”, de modo a obter valor de troca ao fim, não mais valor de uso. Daí surgem as primeiras dificuldades da investigação desse processo: se não há uma diferença entre os valores de uso, já que o dinheiro nos dois extremos do circuito é qualitativamente idêntico, qual o interesse em realizar tal movimento? A única diferença possível está, assim, na grandeza do valor recolhido ao final, que deve ser, deste modo, maior do que no início<sup>112</sup>. “O circuito do capital só tem sentido, portanto, se houver aumento do valor”<sup>113</sup>, sendo então, na verdade, o circuito D – M – D’, com  $D' = D + \Delta D$ . Daí tiramos as primeiras definições de mais-valia, “incremento, ou excedente sobre o valor original”, e de capital, valor que “acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza”<sup>114</sup>.

Porém, a origem dessa valorização é ainda mais difícil de elaborar. Uma vez que a troca é de equivalentes, de modo que as mercadorias são trocadas pelo seu valor, não mais nem menos, a valorização não pode vir da esfera da circulação, a não ser que seja negando esse princípio em que se baseiam os “fundamentos constitutivos da sociedade burguesa”, pressuposto para a própria constituição do capital<sup>115</sup>. Tampouco ela aparece na produção direta de cada produtor, pois o “possuidor de mercadorias pode, por meio de seu trabalho, criar valores, mas não valores que valorizam a si mesmos”. Por isso, diz Marx, que “o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem na circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela.”<sup>116</sup>.

Aqui “a apresentação categorial chegou ao seu impasse”, que aponta para a “incorporação de um pressuposto não desenvolvido por ela, mas tomado em consideração de circunstâncias sociais historicamente determinadas, dentro das quais o capital se forma na realidade”<sup>117</sup>. Este é um ponto de inclusão de pressupostos históricos necessários para a passagem de um momento para o próximo, a que foi referido no primeiro capítulo e é

<sup>111</sup> Grespan, op. cit., p. 84.

<sup>112</sup> Grespan, op. cit., p. 85.

<sup>113</sup> Grespan, op. cit., p. 86.

<sup>114</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 227.

<sup>115</sup> Grespan, op. cit., p. 86.

<sup>116</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 240.

<sup>117</sup> Grespan, op. cit., p. 87.

determinante para o modo de apresentação de Marx. O pressuposto, no caso, é a existência da força de trabalho enquanto mercadoria, que tem a particularidade de gerar valor com o seu consumo, já que é fonte do valor, sendo esse seu valor de uso. A condição histórica dessa existência é a formação de uma classe de trabalhadores livres, isto é, desprovidos dos meios de usar essa força de trabalho, os meios de produção, e com nada mais a vender senão ela, sendo obrigados a tanto para sobreviver<sup>118</sup>. Assim, o possuidor de dinheiro pode comprar uma mercadoria pelo seu valor, a força de trabalho, dentro da esfera da circulação e, através do seu consumo, obter uma mercadoria valorizada, que pode ser, então, vendida também pelo seu valor por uma quantidade de dinheiro maior do que a adiantada inicialmente, de modo que a troca de equivalentes não é contrariada e a finalidade do processo é respeitada. Por isso que a origem do capital tem uma dimensão simultaneamente dentro da circulação de mercadorias e fora dela<sup>119</sup>. Nesse sentido, diz Grespan, por um lado, as condições da circulação simples “são necessárias para a definição do capital e, por outro lado, são insuficientes para tanto”. Necessárias “porque o possuidor de dinheiro deve poder adquirir enquanto mercadoria a fonte do valor”, mas a existência dessa mercadoria é fruto de um processo histórico que ultrapassa a circulação simples<sup>120</sup>.

A formação da mais-valia se encontra, assim, no consumo desta mercadoria fonte do valor, ou seja, na esfera da produção. No processo produtivo, o capitalista associa a força de trabalho que compra dos trabalhadores aos meios de produção de sua propriedade, de modo a usar a força de trabalho, fonte do valor, para produzir mercadorias valorizadas. Se o saldo final deve ser positivo para haver valorização, o valor final objetivado deve ser superior ao inicial, adiantado na compra da força de trabalho e dos meios de produção. Isso pode ocorrer porque o valor da força de trabalho é diferente de seu valor de uso, o trabalho objetivado nas mercadorias produzidas. Seu valor de uso é o mesmo de qualquer outra mercadoria: “tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la”, no caso: “para produzir os meios de vida de que precisa o trabalhador para exercer sua atividade durante, digamos, a jornada de trabalho”<sup>121</sup>, o que pode ser inferior ao trabalho que ela objetiva nas mercadorias produzidas durante essa jornada. O resultado desta diferença é a mais-valia.

<sup>118</sup> “Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.” Marx, *O Capital*. Livro I, p. 244.

<sup>119</sup> Grespan, op. cit., p. 88.

<sup>120</sup> Grespan, op. cit., p. 89.

<sup>121</sup> Grespan, op. cit., p. 92.

Nesse sentido, durante parte da jornada de trabalho, o trabalhador está pagando o valor da sua própria força de trabalho, enquanto no restante está produzindo excedente, está gerando mais-valia para o capitalista. Portanto, aqui aparece uma primeira forma de aumentar a mais-valia: aumentar a jornada de trabalho do trabalhador em absoluto e, com isso, o tempo que ele passa gerando excedente, isto é, que ultrapassa o necessário para pagar sua força de trabalho<sup>122</sup>. Essa é a mais-valia absoluta.

Com isso, Marx elabora o conceito simples de capital, ou o capital em geral. O capital aqui é o valor que se valoriza na medida em que é o valor que compra a fonte do valor, a força de trabalho, e os meios de usá-la, os meios de produção, de modo a gerar mais-valor ao final do processo, objetivado nas mercadorias produzidas, em relação ao adiantado inicialmente. Sendo assim, temos aqui um circuito que fecha-se em si mesmo e que, por isso, repete-se incessantemente, uma vez que é ele mesmo o seu fim, ou, em outras palavras: já que todo fim implica em um novo começo. Esse ciclo não tem, a princípio, nenhum limite externo a ele, como tem a circulação simples de mercadorias com a satisfação de necessidades, e é todo controlado pelo capital, que se eleva a sujeito do processo<sup>123</sup>.

O capital, como sujeito, determina as condições de produção na medida em que os trabalhadores, despossuídos dos meios de produção, não têm alternativa senão aceitá-las, sendo obrigados a trabalharem mais do que o necessário para se pagarem<sup>124</sup>, e assim continuam ao final do circuito, uma vez que o mais-valor objetivado pelo seu trabalho, isto é, as mercadorias por eles produzidas, são de propriedade dos capitalistas, pois na sociedade presidida pelo capital, os proprietários dos produtos do trabalho não são aqueles que trabalham, mas sim os proprietários dos meios de produção. Assim, as condições desiguais e vulneráveis dos trabalhadores são reproduzidas<sup>125</sup>. A ilusão de igualdade formal entre capitalistas e trabalhadores é ainda desmistificada ao pensarmos a repetição deste processo, a reprodução do capital, em que o trabalho é pago com o valor produzido por ele mesmo anteriormente e apropriado pelo capitalista<sup>126</sup>. Deste modo, o capital, em sua tendência totalizante, subsume a força de trabalho, fonte do valor que o constitui, a um momento do seu processo de valorização, constituindo-se ele mesmo como todo. Ela passa, assim, a ser o capital variável, trabalho vivo capaz de adicionar valor (mais-valia), oposta ao capital

<sup>122</sup> Grespan, op. cit., p. 93.

<sup>123</sup> Grespan, op. cit., p. 108.

<sup>124</sup> Grespan, op. cit., p. 98.

<sup>125</sup> Grespan, op. cit., p. 100.

<sup>126</sup> Grespan, op. cit., p. 101.

constante, trabalho morto, objetivado e que apenas transfere valor<sup>127</sup>. Nesse sentido, Grespan caracteriza o fetichismo do capital como o “seu poder efetivo de subordinar o trabalho e as condições de sua autovalorização, crescendo e expandindo sua dominação às várias esferas da vida”<sup>128</sup>.

Como o capital é sujeito do processo, é sua finalidade, é o começo e o fim, é parte e totalidade, sua relação de valorização é, na verdade, de autovalorização<sup>129</sup>. Ele mede, assim, os termos e conteúdos deste circuito, que se repete incessantemente em níveis sempre superiores, que devem ser sucessivamente superados a cada ciclo, em um impulso acumulatório a princípio infinito<sup>130</sup>. Sua medida é, neste modo, uma desmedida, que procura constantemente “o desenvolvimento de novas formas de criação da mais-valia que enriquecem o conteúdo da autovalorização”<sup>131</sup>.

A nova forma é a mais-valia relativa. Já que o prolongamento da jornada de trabalho faz com que o capital se defronte rapidamente com limites físicos intransponíveis: a quantidade de tempo disponível, a solução para fazer com que o trabalhador trabalhe por menos tempo pagando o valor de sua força de trabalho em relação ao tempo que produz excedente para o capitalista, é justamente a diminuição do valor da sua força de trabalho. Isso implica na diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias de reprodução da força de trabalho, ou seja, em um ganho de produtividade nesses setores<sup>132</sup>. Por isso, o capital “tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o próprio modo de produção”<sup>133</sup><sup>134</sup>. Deste modo, Marx descreve o desenvolvimento das condições de organização, coordenação e produtividade do trabalho desde a (i) cooperação, a divisão social do trabalho, “na qual os trabalhadores são reunidos pelo capital para a realização de uma mesma tarefa, criando uma força produtiva nova, a social”, passando pela (ii) manufatura, a divisão do trabalho dentro da

<sup>127</sup> Grespan, op. cit., p. 105.

<sup>128</sup> Grespan, op. cit., p. 109.

<sup>129</sup> Grespan, op. cit., p. 109.

<sup>130</sup> Grespan, op. cit., p. 113.

<sup>131</sup> Grespan, op. cit., p. 114.

<sup>132</sup> Grespan, op. cit., p. 115.

<sup>133</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 390.

<sup>134</sup> Aqui é importante deixar claro que a revolução dos meios técnicos não é uma ação deliberada do capitalista pensando em uma consequente diminuição do valor da força de trabalho por ele empregada. O capitalista quer ganhos produtivos buscando o que Marx descreve no Capítulo 10 como *mais-valia adicional*, que seria o diferencial entre o valor *individual* da mercadoria, menor por ser produzida sob métodos mais eficientes, e o *social*, em que ela é efetivamente vendida. Porém, fazendo isso, ele também trabalha a favor da diminuição do valor da força de trabalho, mesmo que seu setor não seja na produção dos bens necessários para a manutenção do trabalhador, já que esses ganhos produtivos se espalham pela sociedade. Essa é uma diferença que Marx descreve posteriormente entre as tendências gerais do capital e suas formas de manifestação mais imediatas.

fábrica, “em que o capital divide e coordena as tarefas entre os trabalhadores, resultando na potenciação de seus trabalhos devido aos benefícios advindo da especialização individual”, até a (iii) maquinaria, “na qual a ferramenta do trabalhador se transforma em máquina, rompendo os limites naturais impostos à produção pelo acoplamento da ferramenta ao corpo do trabalhador, que a manejava diretamente nas duas formas anteriores”<sup>135</sup>. Nesse processo, a subsunção do trabalho pelo capital passa a ser real, além de formal<sup>136</sup>, e as contradições da relação entre capital e trabalho se acentuam, levando a possibilidades de crise cada vez mais intensas.

Com o surgimento da mais-valia relativa, a oposição entre produção e consumo se torna mais determinada. Isso porque ela “eleva absolutamente a capacidade de produção da classe trabalhadora sem, contudo elevar na mesma escala sua capacidade total de consumo”, a produtividade do trabalhador cresce, mas aumenta também sua distância em relação à riqueza por ele produzida. Daí uma possibilidade de crise por conta da cisão entre produção e consumo<sup>137</sup>. O desenvolvimento das forças produtivas (coordenação, manufatura e maquinaria) dá determinantes históricos a esse processo e o acentua. A produtividade é cada vez maior, mas os trabalhadores chegam a ser excluídos e substituídos do processo produtivo. Por um lado, no interior da fábrica, temos o “despotismo técnico” centralizado pelo capitalista, um “planejamento cientificamente pensado” e uma organização racional do processo, cada vez menos sujeito a imperfeições. Por outro lado, no mercado, não há um “planejamento social do trabalho que distribua racionalmente suas mais diferentes espécies de acordo com as necessidades de consumo da sociedade”, mas sim a produção descentralizada em diversos capitais individuais indiferentes entre si, concorrendo uns com os outros em uma guerra de todos contra todos<sup>138</sup>. Cada vez produzindo mais em um esforço acumulativo de valorização que não é limitado pela concorrência, mas aprofundado por ela. Sendo assim, aumenta a possibilidade de uma crise geral de superprodução, o único momento em que “os diferentes capitais individuais se dão conta da necessidade de se organizar a produção social de modo racional e planejado segundo as necessidades pressupostas do consumo da sociedade”, mas que passa, e o ciclo irracional do capital se restabelece<sup>139</sup>.

Com a maquinaria, ainda, a substituição dos trabalhadores, trabalho vivo, capaz de gerar mais-valor, por máquinas, trabalho morto, que apenas transfere valor, gera uma outra

<sup>135</sup> Grespan, op. cit., p. 116.

<sup>136</sup> Grespan, op. cit., p. 118.

<sup>137</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 75.

<sup>138</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 79.

<sup>139</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 80.

contradição que intensifica o processo acima. Para aumentar a taxa de exploração por trabalhador, a maquinaria diminui o número de trabalhadores explorados, gerando efeitos ambíguos na mais-valia produzida<sup>140</sup>. Nas palavras de Marx: “Na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor reside, portanto, uma contradição imanente, já que dos dois fatores que compõem o mais-valor fornecido por um capital de dada grandeza, um deles, a taxa de mais-valor, aumenta somente na medida em que reduz o outro fator, o número de trabalhadores”<sup>141</sup>. Ou então, como ele coloca nos *Grundrisse*:

“O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. Por essa razão, ele diminui o tempo de trabalho na forma do trabalho necessário para aumentá-lo na forma do supérfluo; por isso, põe em medida crescente o trabalho supérfluo como condição – questão de vida e morte – do necessário.”<sup>142</sup>

Por isso que o próprio capital, enquanto sujeito e força totalizante do processo produtivo, determinando-o segundo as suas necessidades de forma desmedida, acaba gerando as condições para sua crise de valorização devido a produção excessiva<sup>143</sup>.

Essas possibilidades de crise, que se desenvolvem da constituição do capital enquanto força totalizante e de sua relação com o trabalho, são ainda abstratas e gerais, mas da mesma forma como as possibilidades anteriores (da oposição entre compra e venda e entre dinheiro enquanto medida de valor e dinheiro enquanto realização do valor) são incorporadas aqui, a oposição entre trabalho vivo e trabalho morto, entre capital e trabalho, fazem parte dos momentos críticos desenvolvidos por Marx nos níveis mais concretos que se seguem, como a reprodução do capital no Livro II e a produção global no Livro III. Aqui, o que temos são as “tendências gerais”, a natureza interna e oculta do capital, diferentes das suas “formas de manifestação”, que incluem as perturbações da concorrência, esfera mais imediata aos nossos sentidos<sup>144</sup>. Como diz Marx:

“Não nos ocuparemos, por ora, do modo como as leis imanentes da produção capitalista se manifestam no movimento externo dos capitais, impondo-se como leis compulsórias da concorrência e apresentando-se à mente do capitalista individual como a força motriz de suas ações. Porém, esclareçamos de antemão: só é possível uma análise científica da concorrência depois que se apreende a natureza interna do

<sup>140</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 82. Grespan, op. cit., p. 125.

<sup>141</sup> Marx, *O Capital*, Livro I, p. 480.

<sup>142</sup> Marx, *Grundrisse*, p. 448.

<sup>143</sup> Grespan, op. cit., p. 127.

<sup>144</sup> “É preciso que as tendências gerais e necessárias do capital sejam diferenciadas de suas formas de manifestação”. Marx, *O Capital*, Livro I, p. 391.

capital, assim como o movimento aparente dos corpos celestes só pode ser compreendido por quem conhece seu movimento real, apesar de sensorialmente imperceptível.”<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 391.

## 5. CONCLUSÃO

Nas leituras de inspiração dialética apresentadas, Grespan (2012) e Benoit e Antunes (2016), o conceito de crise em *O Capital* é mais complexo que um momento de depressão no ciclo de acumulação do capital. A crise é a “negatividade imanente ao capital”, expressão da sua constituição contraditória e, nesse sentido, fundamental para o seu desenvolvimento, isto é, para o desdobramento de sucessivas categorias desde seu nexo interno, o valor, até suas formas de manifestação mais imediatas<sup>146</sup>. É a contradição que movimenta a exposição de *O Capital*, por meio de seu constante aparecimento, superação e restituição<sup>147</sup>. Nesse processo, Marx deduz formas progressivamente mais concretas da realidade capitalista, e junto com elas possibilidades de crise também cada vez mais complexas. Por isso que o conceito de crise se desenvolve em paralelo ao conceito de capital ao longo de sua apresentação sistemática, mesmo que em diversos momentos o faça implicitamente, e que ele deve ser analisado levando em conta a exposição particular empregada por Marx, ignorada por vários autores que estudaram o tema<sup>148</sup>.

O modo de apresentação marxiano não é uma escolha subjetiva do autor, mas é o modo apropriado de expor um objeto específico, seguindo a lógica contraditória que o constitui<sup>149</sup>. Esse objeto, o valor e o capital enquanto valor que se valoriza, tem sua racionalidade imanente, a contradição, apropriada pelo pesquisador em um esforço analítico prévio que é diferente da apresentação metódica, como distingue Marx no *Posfácio à Segunda Edição Alemã*<sup>150</sup>, mas que determina sua forma particular. Ela não é, pois, determinada pelo aparecimento histórico das categorias, formando uma narrativa puramente histórica<sup>151</sup>, nem pela sua ordem puramente no pensamento, em uma “dialética dos conceitos” que, em Hegel, inclusive produziria a dialética real do objeto<sup>152</sup>. A ordem da apresentação das categorias em *O Capital* segue, assim, a articulação entre elas, isto é, o desdobramento de uma na outra através do movimento gerado pela contradição<sup>153</sup>. É assim que Marx parte do mais simples, abstrato e geral e caminha progressivamente até o mais complexo, concreto e

<sup>146</sup> Grespan, op. cit., p. 23.

<sup>147</sup> Grespan, op. cit., p. 30.

<sup>148</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 24.

<sup>149</sup> Grespan, op. cit., p. 33.

<sup>150</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 90.

<sup>151</sup> Grespan, op. cit., p. 31.

<sup>152</sup> Müller, op. cit., p. 3.

<sup>153</sup> Müller, op. cit., p. 2

particular, no Livro III. Por isso que o Livro I inicia na circulação simples de mercadorias, com a análise da unidade elementar da sociedade capitalista, a forma-mercadoria.

A mercadoria, forma do produto do trabalho em uma sociedade onde a troca preside o processo produtivo, é dotada simultaneamente de valor de uso e de valor. Como a divisão social do trabalho se dá por meio da produção privada, em que os meios de produção são propriedade privada e os produtores aparecem como independentes uns dos outros, ao mesmo tempo que tem seu processo de trabalho determinado socialmente pelas necessidades dos outros e dependem da produção deles para satisfazerem suas necessidades, a forma de dividir os produtos é a troca<sup>154</sup>. Na troca, produtos de qualidades diferentes, ou seja, valores de uso incomparáveis, frutos de trabalhos concretos também distintos, são equalizados. Esse processo significa a abstração real do valor, necessário para a comparação de mercadorias qualitativamente diferentes. O valor é, assim, o comum que sobra nas mercadorias após a abstração de suas especificidades, e sua substância é o trabalho também abstraído de suas determinações concretas, o trabalho abstrato<sup>155</sup>. Valor de uso e trabalho concreto são propriedades universais a qualquer sociedade, já o valor e o trabalho abstrato só se efetivam na sociedade capitalista.

Nesse sentido, a objetividade do valor é inapreensível na mercadoria isolada, ele aparece na sua equiparação com outra mercadoria. Então, ela externaliza a contradição interna que a constitui na oposição entre valor de uso e valor<sup>156</sup>. Isso porque, no processo de troca, as mercadorias assumem diferentes formas que desempenham papéis distintos: a forma-relativa e a forma-equivalente, em que a primeira expressa seu valor na segunda, ou seja, em que a primeira vale pelo seu valor de uso enquanto a segunda vale pelo seu valor de troca, sendo seu valor de uso meramente material de expressão do valor de troca da primeira<sup>157</sup>. Deste modo, as duas formas se opõem e externalizam a oposição interna de cada uma delas. Com a generalização desse processo, uma mercadoria acaba sendo excluída por todas as outras da forma-relativa, e nela todas elas expressam seu valor: o equivalente universal, ou no caso do ouro e prata: o dinheiro<sup>158</sup>.

O dinheiro significa a cisão da circulação simples de mercadorias ( $M - D - M$ ) em duas fases, compra e venda, também opostas e que compõem uma unidade, vender para comprar, mas que não são uma identidade, pois um mesmo vendedor não necessariamente é

<sup>154</sup> Grespan, op. cit., p. 44.

<sup>155</sup> Grespan, op. cit., p. 51.

<sup>156</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 125.

<sup>157</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 126.

<sup>158</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 145.

também imediatamente um comprador, ele pode reter o dinheiro ganhado e gastá-lo quando bem entender<sup>159</sup>. Como o dinheiro é uma forma superior de riqueza, pela sua liquidez, universalidade e flexibilidade, em relação a rigidez e especificidade da mercadoria, é até esperado o seu entesouramento, fazendo do risco de compra e venda, ou mercadoria e dinheiro, não serem plenamente conversíveis algo considerável. Isto é, mercadorias produzidas podem não serem vendidas, estarem em excesso no mercado, o que significa uma interrupção do processo produtivo para quem as produziu<sup>160</sup>.

Quando o dinheiro assume a função de meio de pagamento, com o desenvolvimento da circulação de mercadorias e do sistema de crédito (aqui ainda não é, e nem precisa ser, uma forma de capital), essa possibilidade de crise se aprofunda. Como meio de pagamento, o dinheiro só entra de fato em circulação em um segundo momento, sendo inicialmente uma medida do valor a ser pago, dívida do comprador. Assim, os produtores passam a estar relacionados entre si em uma cadeia de pagamentos a serem feitos, de modo que uma falência leva todos os outros juntos e a crise se espalha pela sociedade<sup>161</sup>.

Esse processo de autonomização do dinheiro e, assim, do valor, efetiva-se quando ele passa a ser capital. Como capital, ele é a finalidade da circulação, não mais a satisfação de necessidades humanas como na circulação simples de mercadorias. Assim, o circuito do capital ( $D - M - D$ ) só tem sentido se a quantidade de dinheiro ao final é maior que no início, uma vez que qualitativamente não há mudanças como a troca de valores de uso na circulação simples<sup>162</sup>. Por isso, o sentido do processo é o de valorização, sendo o excedente gerado a mais-valia e esse valor que se valoriza o capital em geral<sup>163</sup>. Porém, a origem da valorização ou produção da mais-valia depende de circunstâncias históricas que estão além da lógica categorial, que aqui encontra os seus limites. Essas circunstâncias são a existência de uma mercadoria que tem a particularidade de ser fonte do valor, a força de trabalho, e a formação de uma classe trabalhadora que não tem nada a vender senão sua força de trabalho como mercadoria, já que são impedidos de usá-la por estarem expropriados dos meios de produção<sup>164</sup>. Com isso, o capitalista pode comprar essa mercadoria pelo seu valor, associá-la aos meios de produção de sua propriedade, usá-la de modo a gerar mais-valia objetivada nas mercadorias finais produzidas, vendê-las e terminar com mais dinheiro do que começou.

<sup>159</sup> Grespan, op. cit., p. 69.

<sup>160</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 61.

<sup>161</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 67.

<sup>162</sup> Grespan, op. cit., p. 85.

<sup>163</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 227.

<sup>164</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 244.

Afinal, o valor da força de trabalho não tem a ver com o valor que ela é capaz de gerar. Ela vale o mesmo que todas as outras mercadorias: tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, neste caso, dos meios necessários para a manutenção do trabalhador capaz de exercer sua força de trabalho, o que pode ser menor do quanto de valor que ele objetiva nas mercadorias por ele produzidas em uma jornada de trabalho, condição que ele é em grande medida obrigado a aceitar dado sua condição desigual no processo<sup>165</sup>.

A diferença entre o valor da força de trabalho e o valor por ela produzida é a mais-valia. Uma primeira forma de aumentar a mais-valia, já que o processo é definido por isso: valorização, é aumentar a jornada de trabalho, mas essa tem o limite físico das horas disponíveis no dia<sup>166</sup>. Por isso, o capital desenvolve uma forma mais complexa, a mais-valia relativa, através da diminuição do valor da força de trabalho, ou melhor: dos produtos necessários para a manutenção do trabalhador. Para isso, o capital precisa revolucionar constantemente os meios técnicos de produção<sup>167</sup>, ganhando em produtividade, processo que é descrito por Marx nas passagens da cooperação, a manufatura e, por fim, a maquinaria<sup>168</sup>.

Com isso, a cisão entre compra e venda é aprofundada. A mais-valia relativa e os ganhos de produtividade aumentam a capacidade produtiva dos trabalhadores sem aumentar na mesma escala sua capacidade de consumo<sup>169</sup>. As novas formas de organização da produção evidenciam a distância entre a produção privada, cada vez mais racional e cientificamente planejada, e a circulação do mercado, irracional e sem planejamento social algum. Por fim, a maquinaria significa o auge da contradição do capital em seu esforço totalizante, que subsume realmente a força de trabalho, fonte do valor que a constitui, a um momento de seu processo de valorização, enquanto capital variável, e controla todo o circuito segundo suas necessidades insaciáveis e crescentes. A maquinaria aumenta a taxa de exploração por trabalhador diminuindo o número de trabalhadores explorados<sup>170</sup>. Como os meios de produção, capital constante, apenas transferem valor, e o capital gerador de valor, o variável, é contraído, o capital acaba por promover a possibilidade de crise na sua valorização por produção excessiva<sup>171</sup>.

Em suma, temos que as possibilidades de crise presentes no Livro I todas dizem respeito a uma possível dificuldade em vender mercadorias e consequente interrupção do

<sup>165</sup> Grespan, op. cit., p. 92.

<sup>166</sup> Grespan, op. cit., p. 93.

<sup>167</sup> Marx, *O Capital*. Livro I, p. 390.

<sup>168</sup> Grespan, op. cit., p. 116.

<sup>169</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 75.

<sup>170</sup> Benoit, Antunes, op. cit., p. 82. Grespan, op. cit., p. 125.

<sup>171</sup> Grespan, op. cit., p. 127.

processo produtivo, isto é, na superprodução. Conforme as formas se desdobram, cada vez mais concretas mesmo que aqui ainda em um nível de abstração menor do que se segue, essas possibilidades de crise se complexificam e potencializam. São expressões do nexo interno contraditório dessa sociedade, que se desenvolve sucessivamente na oposição entre trabalho privado e trabalho social, valor de uso e valor, forma-relativa e forma-equivalente, mercadoria e dinheiro, compra e venda, dinheiro como meio de circulação e como medida do valor, trabalho e capital, capital variável e capital constante. No Livro I, o que temos são as tendências gerais do capital, ainda carentes de determinações mais específicas. Sendo assim, aqui a crise ainda é apenas uma possibilidade, que só pode ultrapassar a barreira para a realização necessária com o desenrolar da exposição até níveis mais concretos da realidade capitalista.

## BIBLIOGRAFIA

BENOIT, H.; ANTUNES, J. *O Problema da Crise Capitalista em O Capital de Marx.* Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

GRESPAN, J. L. S. *O Negativo do Capital.* São Paulo: Expressão Popular/Ideias Baratas, 2012.

MANDEL, E. *A Crise do Capital:* os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Capitalismo Tardio.* São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MARX, K. *Grundrisse.* Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Editora UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital:* crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *O capital:* crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. *O capital:* crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÜLLER, M. L. “Exposição e Método Dialético no Capital”, in: *Boletim Seaf*, n. 2, Belo Horizonte, 1982. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2015/09/muller-exposic3a7c3a3o-e-mc3a9todo-dialc3a9tico-em-marx.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

RUBIN, I. I. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Polis, 1987.

SHAIKH, A. “An Introduction to the History of Crisis Theories”, in: *U.S. Capitalism in Crisis*. Nova Iorque: URPE Monthly Review Press, 1978.

SWEETZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de economia política marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.